

Apresentação

Neste ano de 2003 celebramos os vinte anos da revista *Perspectiva*. Sua história vem de longe, dos idos dos anos setenta, com as primeiras iniciativas do Centro de Ciências da Educação da UFSC de veicular a produção de seus docentes. Foi no início da década de 1980, porém, que o projeto de publicações no CED ganhou impulso com o fortalecimento de seu Núcleo de Publicações (NUP) e a criação da Revista do Centro de Ciências da Educação, denominada posteriormente *Perspectiva*, entre outras publicações. A *Perspectiva*, desde sua origem, foi vocacionada a publicar artigos sobre *os problemas atuais da educação*, textos de largo alcance teórico bem como ao incentivo e *divulgação da produção científica do Centro*. Havia, também, a intenção de *acompanhar de perto o debate internacional de idéias* na área de educação (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 1989, p. 4). A *Perspectiva*, já em sua concepção, projetava-se como uma publicação de alcance nacional e, ao longo dos anos, cumpriu esse destino consolidando-se entre os periódicos bem conceituados pela comunidade científica do país e tendo seus artigos reconhecidos como referência em diferentes contextos do campo educacional brasileiro.

Foram inúmeras as dificuldades para mantê-la e, em alguns momentos dessa história, chegou a ser impossível preservar sua periodicidade. O trabalho incansável dos professores que coordenaram o NUP e editaram a Revista, bem como o irrestrito apoio do Programa de Pós-graduação em Educação da UFSC, possibilitaram recuperá-la e, mais ainda, fazer com que fosse indexada nacional e internacionalmente, que se viabilizasse a revista *on line* e se constituísse seu Conselho Editorial com nomes de pesquisadores nacionais e estrangeiros de alto reconhecimento na área. Esses fatos asseguraram a obtenção de financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), nos últimos dois anos, e a classificação da *Perspectiva* pela *qualis-ANPEd* como Nacional A.

Este número da *Perspectiva* faz parte das comemorações de seus vinte anos. O dossiê que apresenta focaliza uma temática das mais relevantes e, a nosso ver, nem sempre suficientemente posta

em debate pelas publicações da área: as questões de teoria e método na pesquisa em educação.

Como se sabe, nos dias de hoje, ampliou-se de forma exponencial as exigências por conhecimento e informação e a pesquisa, em decorrência, foi tomada como estratégica para fazer face a tal demanda. No entanto, para além do discurso laudatório, observa-se uma retração da teoria e das discussões metodológicas, consideradas perda de tempo ou especulação metafísica frente às promessas de que, para conhecer, basta o “saber fazer” pragmático da vida cotidiana, o “como e o que fazer” de resultados. Assim, o mesmo discurso que tece louvores ao conhecimento e à informação, em seu profundo ceticismo epistemológico, mina as indagações sobre o significado e o alcance da produção do conhecimento e empobrece a pesquisa, reduzindo-a ao empiricismo vulgar. Essas são, a nosso ver, questões centrais para os que pensam a educação.

No dossiê *questões de teoria e método na pesquisa em educação* o primeiro dos artigos é o de Newton Duarte, intitulado **A teoria da atividade como uma abordagem para a pesquisa em educação**, no qual o autor analisa a teoria da atividade como uma abordagem em potencial para a pesquisa em educação. Sua proposta realiza-se por meio de três tipos de estudo: o dos trabalhos já clássicos de Leontiev, sendo analisadas também as relações entre esses trabalhos e os dos demais integrantes dessa escola da psicologia soviética como Vigotski, Luria, Elkonin, Davidov e outros; o estudo dos fundamentos filosóficos da teoria da atividade, com ênfase nos trabalhos do filósofo marxista Ilyenkov e, finalmente, o estudo de pesquisadores contemporâneos que trabalham com a teoria da atividade.

O segundo artigo é o de João dos Reis Silva Júnior, **Prática social e instituição escolar nos governos FHC: uma abordagem ontológica**. Nele o autor discute a construção da categoria prática escolar na cotidianidade da escola, na sua condição específica de espaço social de implementação da reforma educacional brasileira da década de 1990. Utiliza-se, para tanto, as formulações sobre a formação humana e a sociologia da vida cotidiana de Gyorgy Lukács e Ágnes Heller. A escolha dos autores justifica-se, segundo Silva Júnior, na medida em que eles se põem como objetivo o entendimento da socialização do ser humano na sua reprodução singular por meio da prática social na cotidianidade. Consideram, ademais, que tais práticas, em seu conjunto,

realizam a reprodução social da vida humana, por múltiplos processos mediados, tendo – em última instância – o trabalho simples como elemento que funda essas práticas.

Maria Célia Marcondes de Moraes e Ricardo Müller são os autores do terceiro artigo, **História e experiência: contribuições de E. P. Thompson à pesquisa em educação**, no qual examinam as atuais circunstâncias que prendem a experiência docente à negatividade intrínseca das pedagogias do “aprender fazendo” e tolhem a pesquisa educacional na apreensão das relações funcionais dos fenômenos empíricos. Em contraposição ao predomínio ceticismo epistemológico vigente, eles recorrem às idéias de Thompson, historiador marxista inglês, ressaltando sua permanente preocupação em investigar os procedimentos mais adequados e confiáveis para se transitar entre teoria e empiria. Moraes e Muller priorizam dois aspectos das propostas de pesquisa thompsonianas: sua base onto-metodológica, a lógica histórica, e a categoria de experiência, articulada à de cultura. Argumentam que ambas interessam de perto às pesquisas que se desenvolvem no complexo educativo, que é social em sua essência – histórico, portanto. Argumentam, também, que a experiência educativa em seus vários níveis só ganha inteligibilidade articulada a suas determinações concretas.

Na seqüência, Regina Célia Linhares Hostins, em **Dilemas da produção científica na “sociedade do conhecimento”: o colapso da realidade no empírico e a interdição da ontologia**, põe em debate a relação sujeito/sociedade/conhecimento examinando como tal relação permeia os paradigmas contemporâneos da “sociedade do conhecimento” cuja premissa básica faz prevalecer a empiria e a utilidade instrumental do conhecimento, expurgando a teoria e interditando qualquer cogitação ontológica. A autora afirma a pertinência de se pensar a natureza dessa relação, notadamente na educação, que se vê influenciada pelo movimento gradativo de supressão da teoria nas pesquisas educacionais e de favorecimento da formação de competências práticas. Em uma inversão de prioridades, ela propõe, no lugar da afirmação “sociedade do conhecimento”, a pergunta como conhecer a sociedade buscando, nas contribuições de Thompson, Bhaskar e Luckács, os princípios teórico-metodológicos para compreender a questão.

O quinto artigo, **Foucault revoluciona a pesquisa em educação?**, de Rosa Maria Bueno Fisher, discute contribuições da obra de Michel Foucault para a pesquisa em educação a partir de exemplos de

investigações recentes. A autora desenvolve seu raciocínio em torno de algumas “atitudes metodológicas” sugeridas pelo trabalho do filósofo: o entendimento da linguagem e do discurso como lugares de lutas permanentes; o tratamento dos fatos e dos enunciados como “raridades” e não como obviedades; a atenção do pesquisador às práticas, discursivas e não-discursivas, como matéria-prima das investigações; finalmente, a atitude de dúvida e de abertura ao inesperado.

O sexto artigo é de Maria Assunção Flores, intitulado **Investigar (com) os professores: reflexões sobre uma pesquisa longitudinal**. A autora apresenta algumas questões relativas à investigação qualitativa numa perspectiva longitudinal, com base num estudo empírico realizado em Portugal, que incidiu sobre a natureza, os processos e os contextos de aprendizagem, de desenvolvimento profissional e de mudança dos professores ao longo dos dois primeiros anos de ensino. Flores aborda aspectos relativos às decisões metodológicas tomadas, à problemática da validade, fiabilidade e relevância, bem como ao papel do(a) investigador(a) e à ética da investigação.

O sétimo artigo referente à temática central deste número da *Perspectiva* é de Mônica Magalhães Kassar, intitulado **Políticas educacionais e sujeitos: contribuição para desenhos de pesquisas em educação especial**. O objetivo da autora é o de apresentar algumas discussões acerca da elaboração de pesquisas educacionais, apresentando um enfoque que se propõe a entender as ações e políticas implantadas, sob o “olhar” de sujeitos da história. Para o desenvolvimento desta abordagem, busca-se a colaboração de diferentes campos do conhecimento: a história e a psicologia. Adota-se como fundamento o materialismo histórico e as contribuições da psicologia sócio-histórica a respeito da constituição social dos sujeitos. Com intuito de explicitar a abordagem adotada, o texto traz um recorte de uma pesquisa em andamento, no campo da Educação Especial, em que o aluno é escolhido como sujeito central.

O oitavo artigo, de Rita Amélia Teixeira, **O lugar da abordagem qualitativa na pesquisa educacional: retrospectiva e tendências atuais**, discute a proeminência da referida abordagem na área educacional, tomando-a de uma perspectiva histórica. A autora argumenta que se verifica, hoje, nas pesquisas educacionais a hegemonia da perspectiva qualitativa o que sugere a necessidade dos pesquisadores não apenas

compreenderem sua trajetória como inquirirem essa hegemonia, relacionando-a, de um lado, às mudanças de paradigmas na prática científica e, de outro, às mudanças no campo social.

Na seção de artigos de demanda contínua, Ilona Kovács, em seu **Reestruturação empresarial e emprego**, confronta perspectivas, critica as idéias dominantes sobre as transformações do emprego, bem como identifica os principais problemas e riscos dessas transformações. A autora procura evidenciar os efeitos negativos dos processos de reestruturação das empresas no contexto de uma economia globalizada marcada pela intensa concorrência e pela predominância da lógica financeira. Nessas circunstâncias, ela põe em questão a flexibilidade do mercado de trabalho como condição indispensável para a criação de emprego e indica a flexibilização do tempo como fator de um maior autocontrole do tempo por parte dos indivíduos. Finalmente, põe em relevo a crescente vulnerabilidade dos indivíduos como uma das implicações das mudanças atuais no emprego.

Deixamos aos leitores e leitoras o prazer da leitura de mais este número da *Perspectiva*.

Florianópolis, outubro de 2003

*Eneida Oto Shiroma
Maria Célia Marcondes de Moraes
Olinda Evangelista*

Referência

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO. NÚCLEO DE PUBLICAÇÕES. *Relatório 1983-1989*. Florianópolis/SC, 1989. Mimeografado.